



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
– EDITAL 001/2016 –

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DATA: 28/02/2016

HORÁRIO: 08 às 12 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES

- ✎ Verifique se este CADERNO contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ✎ As questões objetivas estão assim distribuídas:
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 01 a 30
 - CONHECIMENTOS GERAIS: 31 a 40
- ✎ O candidato não poderá entregar o **Caderno de Questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ✎ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ✎ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª no que se refere ao estudo das variações patrimoniais provocadas pela ocorrência dos diversos tipos de fatos contábeis:
- | | | |
|-----------------------------------|-----|---|
| (1) Fato permutativo | () | Recebimento de uma duplicata com juros de mora. |
| (2) Fato modificativo aumentativo | () | Compra de mercadorias a vista. |
| (3) Fato modificativo diminutivo | () | Recebimento de comissões. |
| (4) Fato misto aumentativo | () | Pagamento de salários. |
| (5) Fato misto diminutivo. | () | Pagamento de fornecedores com juros de mora. |
- (A) 5-1-2-3-4 (D) 4-3-2-1-5
 (B) 4-1-2-3-5 (E) 1-2-3-5-4
 (C) 4-2-1-3-5
02. Considerando ainda o assunto da primeira questão, identifique dentre as opções abaixo, o fato contábil misto:
- (A) Compra de mercadorias a vista e a prazo.
 (B) Compra de um imóvel cujo pagamento foi efetuado parte com dinheiro e parte com um veículo.
 (C) Pagamento de duplicatas com desconto.
 (D) Pagamento de aluguel.
 (E) Saque de um cheque para reforço do caixa.
03. Identifique dentre as opções abaixo, aquela que NÃO constitui ato administrativo.
- (A) Prestação de fiança bancária.
 (B) Contratação de um seguro do parque industrial.
 (C) Aquisição de mercadorias a prazo.
 (D) Recebimento de uma caução referente garantia de um contrato.
 (E) Concessão de um imóvel em garantia hipotecária de uma operação de crédito.
04. Baseado no estudo sobre as contas utilizadas pela contabilidade para registrar os atos e fatos administrativos, identifique a opção INCORRETA.
- (A) A conta Juros Ativos é uma conta de resultado, porque representa uma receita.
 (B) A conta Fornecedores tem saldo devedor, porque representa um débito da empresa.
 (C) A Conta Clientes é uma conta do ativo, tem saldo devedor e representa Direitos.
 (D) As contas do passivo são credoras, pois representam débito da entidade.
 (E) A conta Salários é uma conta de resultado, pois representa uma despesa.
05. Diante da natureza das contas que podem ter saldos credores ou devedores, os lançamentos nas contas do Patrimônio Líquido, do Ativo e do Passivo provocarão aumentos nos seus saldos quando representarem, pela ordem:
- (A) Débito, crédito e débito. (D) Crédito, débito e crédito.
 (B) Crédito, crédito e crédito. (E) Débito, débito e crédito.
 (C) Crédito, crédito e débito.
06. Identifique a opção que contém somente contas de resultado.
- (A) Vendas de Mercadorias / Custo das Mercadorias Vendidas / Descontos Concedidos / Impostos e Taxas / Devolução de Vendas.
 (B) Prêmios de Seguros a Vencer / Custos dos Serviços Prestados / ICMS sobre Vendas / Comissões sobre Vendas.
 (C) Encargos Sociais / Viagens e Estadias / Combustíveis e Lubrificantes / Aluguéis Passivos/ Juros a Vencer.
 (D) Receitas de Serviços / Juros Ativos / Tarifas Bancárias / Salários e Ordenados/ ICMS a Recuperar.
 (E) Honorários da Diretoria / Lanches e Refeições / Água e Energia / Impostos a Recuperar / Descontos Financeiros / Aluguéis Antecipados.
07. As empresas estão obrigadas a levantar balanços gerais pelo menos uma vez por ano. Nessa ocasião é feita a apuração do resultado do exercício pelo confronto das contas de receitas com as contas de custos e despesas. Para isso é necessário que haja um dos procedimentos abaixo:

- (A) Receitas são creditadas e as despesas e custos são debitadas em contrapartida de uma conta transitória.
 (B) Custos e despesas são debitados em contrapartida de uma conta transitória.
 (C) Receitas são creditadas em contrapartida da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 (D) Receitas são creditadas em contrapartida de uma conta transitória.
 (E) Custos e despesas são creditados em contrapartida de uma conta transitória.
08. O balancete de verificação serve para indicar se a soma dos valores debitados corresponde à soma dos valores creditados em consequência dos registros dos fatos contábeis através do método das partidas dobradas. Considerando os saldos das contas abaixo, tente descobrir o valor do saldo conta Mercadorias para completar o balancete de verificação: Caixa R\$ 70.000,00; Duplicatas a Pagar R\$ 700.000,00; Reservas de Lucros R\$ 20.000,00; Capital R\$ 500.000,00; Ações em Tesouraria R\$ 50.000,00; Clientes R\$ 400.000,00.
- (A) R\$ 680.000,00 (D) R\$ 700.00,00
 (B) R\$ 660.000,00 (E) R\$ 480.000,00
 (C) R\$ 520.000,00
09. Num plano de contas de uma empresa encontramos contas de natureza devedora e contas de natureza credora, decorrentes do fato de elas representarem origens ou aplicação de recursos. Com base na relação das contas abaixo, indique a opção que contenha a soma de contas de saldos devedores considerando os números colocados à sua esquerda:
- (1) Juros a Receber
 (2) Seguros a Vencer
 (3) Juros Passivos
 (4) Juros a Pagar
 (5) Juros Ativos
 (6) Aluguéis Passivos
 (7) Capital a Integralizar
 (8) Clientes
 (9) Fornecedores
 (10) Marcas e Patentes.
- (A) 37 (B) 27 (C) 31 (D) 30 (E) 34
10. Partindo-se da hipótese de que a conta Bancos Contra Movimento apresentava um saldo de R\$ 150.000,00 e que a empresa realizou uma única operação e, após o lançamento dessa operação, o saldo da conta Bancos Conta Movimento passou a ser de 50.000,00. Nesse caso, pode-se afirmar com certeza que houve:
- (A) Um débito na conta Bancos Movimento. (D) O pagamento de uma dívida.
 (B) O pagamento de uma despesa; (E) O recebimento de um crédito.
 (C) Um crédito na conta Bancos Conta Movimento.
11. Na conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 750/93, alterada pela Resolução nº 1.282/10 também do CFC, o princípio de contabilidade que “reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos” é o da(o):
- (A) Prudência. (D) Competência
 (B) Oportunidade . (E) Entidade.
 (C) Registro pelo Valor Original.
12. Ainda com base nas Resoluções citadas na questão nº 11, do CFC, o princípio que “refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. [...] A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância” é o do (a):
- (A) Prudência. (D) Competência
 (B) Oportunidade (E) Entidade.
 (C) Registro pelo Valor Original

13. O Princípio de Contabilidade que “pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais” é o da:

- (A) Oportunidade. (D) Competência.
 (B) Continuidade. (E) Entidade.
 (C) Prudência.

14. A Lei 6.404/76 trata no seu art. 193 das regras para a constituição da Reserva Legal das sociedades anônimas. Considerando que o patrimônio líquido de uma sociedade desse tipo estava distribuído conforme o quadro abaixo, antes da destinação do resultado do exercício:

CONTAS	R\$
Capital Social	20.000.000,00
Reserva de Capital	500.000,00
Reserva Legal	3.800.000,00
Reservas de Lucros	1.350.000,00

Sabendo-se que o lucro líquido do exercício foi de R\$ 6.300.000,00, do qual a sociedade deve destinar à Reserva Legal a importância de:

- (A) R\$ 200.000,00 (D) R\$ 1.000.000,00
 (B) R\$ 315.000,00 (E) R\$ 115.000,00
 (C) R\$ 1.260.000,00

15. Na conformidade com o art. 189 da Lei 6.404/76, o prejuízo ocorrido em determinado exercício deverá ser absorvido obrigatoriamente:

- (A) Pelas reservas de capital estabelecidas no art. 200 da citada lei.
 (B) Pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.
 (C) Pelos lucros a serem obtidos no futuro.
 (D) Pelos detentores das ações ordinárias com direito a voto.
 (E) Por todos os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais.

16. O art. 184 da Lei 6.404/76 trata sobre os critérios de avaliação dos elementos componentes do Passivo. Identifique dentre as opções abaixo a que estiver INCORRETA.

- (A) As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto de Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.
 (B) As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.
 (C) As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
 (D) Os créditos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.
 (E) As opções, A, B e C estão corretas.

17. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma das principais Demonstrações Contábeis e está prevista no art. 187 da Lei 6.404/76. Veja algumas afirmações apresentadas abaixo:

- I. A última linha da DRE deverá indicar o lucro líquido por ação.
 II. As comissões sobre vendas não afetam o lucro bruto, mas afetam o lucro operacional.
 III. Os salários dos vendedores são despesas de vendas.
 IV. Os gastos de depreciação podem ser classificados como custos ou como despesas, dependendo da sua incidência sobre bens do parque industrial ou sobre bens instalados na área administrativa.
 V. Na DRE, o Resultado Líquido do Exercício vem antes da Provisão para o Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Das afirmações supracitadas, a quantidade de CORRETAS é:

- (A) 1 (B) 2 (C) 3 (D) 4 (E) 5

18. Os bens adquiridos para uso da empresa XYZ foram contabilizados no Ativo Não Circulante – Imobilizado. Sofrerão desgastes pelo uso ou pela obsolescência. Existem vários métodos para calcular esses desgastes denominados depreciação. Um deles é o método linear. As contas utilizadas para a contabilização são: Despesas de Depreciação e Depreciação Acumulada. Considerando que uma máquina foi adquirida em abril/2012 por R\$ 40.000,00 e que ela tem vida útil estimada em 10 anos, pede-se calcular a depreciação nos anos de 2012, 2013 e 2014 e identificar a opção que contém o saldo da conta Depreciação Acumulada em 31.12.14 (data do encerramento do exercício).
- (A) R\$ 4.000,00
 (B) R\$ 3.000,00
 (C) R\$ 11.000,00
 (D) R\$ 12.000,00
 (E) R\$ 16.000,00
19. No contexto dos princípios de contabilidade, encontra-se o Princípio da Competência. Esse princípio determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Nessa perspectiva, considere que a empresa ABC tenha contratado um seguro anual em 01/09/2014 para cobertura contra incêndio avaliada em R\$ 240.000,00, com vigência a partir da sua contratação. O exercício social da ABC coincide com o ano calendário. O prêmio cobrado foi de 10% do valor da cobertura e foi pago integralmente no mês de setembro. Em consonância com o princípio da competência de exercícios, no balanço patrimonial de 31.12.14, a conta “Seguros a Vencer” constará com saldo atualizado de:
- (A) R\$ 24.000,00
 (B) R\$ 16.000,00
 (C) R\$ 8.000,00
 (D) R\$ 10.000,00
 (E) R\$ 14.000,00.
20. Na conformidade com o princípio enunciado na questão anterior, considere que a empresa ABC tenha feito uma assinatura anual de um periódico de grande circulação pagando em 01/05/2014 a importância de R\$ 6.000,00. A empresa faz a apropriação mensal de suas despesas antecipadas. Sendo assim, identifique dentre as alternativas abaixo aquela que contenha o valor das despesas relativas ao ano de 2014 da referida assinatura.
- (A) R\$ 4.000,00
 (B) R\$ 3.500,00
 (C) R\$ 4.500,00
 (D) R\$ 6.000,00
 (E) R\$ 2.000,00.
21. A Constituição Federal de 1988, prevê no parágrafo 4º do art. 166, quando o Poder Legislativo poderá aprovar emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Identifique dentre as opções abaixo, aquela que está de acordo com este dispositivo constitucional:
- (A) Tiverem parecer favorável emitido pela Comissão Mista do Congresso.
 (B) Tiverem parecer favorável da Comissão Técnica competente.
 (C) Indicarem recursos provenientes da anulação de despesas.
 (D) Aprovadas na lei orçamentária.
 (E) Compatíveis com a programação plurianual.
22. Analise os itens abaixo apontando com a letra “V” as afirmações verdadeiras e com “F” as falsas. Em seguida, assinale a opção que contenha a sequência CORRETA.
- () O plano plurianual deverá estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
 () O plano plurianual e a lei orçamentária anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31.08 de cada ano.
 () A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração federal e as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 () A lei orçamentária anual compreenderá os programas de trabalho do governo e a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
 () O plano plurianual orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

- (A) V-V-F-V-F (D) F-V-V-F-V
 (B) V-V-V-F-F (E) F-F-V-V-V
 (C) V-F-V-F-V

23. Para disciplinar o processo orçamentário brasileiro, principalmente a lei de orçamento anual, existem princípios citados na Lei nº 4.320/64, na Constituição Federal de 1988 e em livros de diversos estudiosos sobre Contabilidade Pública. O princípio orçamentário que diz que “o orçamento deve ser uno para possibilitar maior conhecimento do fluxo de recursos orçamentários que compõem as finanças de determinado ente público num único texto” chama-se:
- (A) Princípio da Universalidade. (D) Princípio da Especificação.
 (B) Princípio da Exclusividade. (E) Princípio da Não Afetação de Receita.
 (C) Princípio da Unidade.
24. Outro Princípio Orçamentário consagrado na Constituição Federal de 1988, art. 165, parágrafo 8º diz que “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita”. Este é o princípio da:
- (A) Especificação. (D) Exclusividade.
 (B) Unidade. (E) Publicidade.
 (C) Anualidade.
25. De acordo com a Lei 4.320/64, art. 42, serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo:
- (A) Somente os créditos suplementares. (D) Os créditos especiais e os extraordinários.
 (B) Somente os créditos especiais. (E) Os créditos suplementares e os especiais.
 (C) Todos os créditos adicionais.
26. Ainda de acordo com a Lei 4.320/64, art. 11, parágrafo segundo, identifique a opção que contém uma receita de capital, mas que não constitui item da receita orçamentária:
- (A) Superávit do orçamento corrente.
 (B) Receita patrimonial.
 (C) Transferência intergovernamentais para despesas correntes.
 (D) Receita industrial.
 (E) Receita da dívida ativa não tributária.
27. Os estágios da receita orçamentária compreendem uma sequência de atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos. Assinale a alternativa que representa o estágio da execução da receita orçamentária designado de arrecadação:
- (A) Momento caracterizado pela quitação dos débitos de origem tributária ou não, junto ao Tesouro Público, pelos contribuintes.
 (B) Procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido e identificar o sujeito passivo.
 (C) Ato pelo qual os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores e recebem os impostos cobrados a maior pelo Estado.
 (D) Compreende a entrega diariamente do produto da arrecadação por parte dos agentes arrecadadores ao Tesouro Nacional.
 (E) Nenhuma das opções acima está correta.
28. A despesa pública consiste na realização de gastos, isto é, na aplicação de recursos financeiros de forma direta (em benefício próprio) na aquisição de meios (bens e serviços) que possibilitem a manutenção, o funcionamento e a expansão dos serviços públicos, ou de forma indireta (quando da realização de transferências a terceiros). Esse processo ocorre através de várias etapas. Na etapa da execução da despesa pública, o Manual de Despesa Nacional afirma que a Lei nº 4.320/64 aponta três estágios. Identifique abaixo o segundo estágio da execução da despesa orçamentária:
- (A) Despacho exarado por autoridade competente determinando a extinção da obrigação.
 (B) Verificação do implemento de condição do empenho, tendo por objetivo apurar a origem, o objeto, a importância que se deve para extinguir a obrigação e a quem se deve pagar.
 (C) Consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respetivo crédito.

- (D) Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (E) Consiste no pagamento da despesa pela tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas, por estabelecimentos bancários credenciados.
29. A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, é um marco em matéria de finanças públicas no Brasil. O administrador público passou a ter um instrumento que veio disciplinar as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, aplicada a todas as esferas do governo. De acordo com essa Lei, o ente da Federação será punido com a suspensão de transferências voluntárias quando ocorrer:
- (A) Atraso no pagamento das operações de crédito por antecipação de receita.
- (B) Renúncia de receita sem enquadramento na lei.
- (C) Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas sem o devido enquadramento na lei.
- (D) A não instituição e não arrecadação dos impostos de sua competência.
- (E) Aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado sem o devido enquadramento na lei.
30. Respaldo também nessa Lei, o limite do endividamento dos entes da Federação será definido:
- (A) Na União, pelo Senado Federal, nos Estados, pelas Assembleias Legislativas e, nos Municípios, pelas Câmaras Municipais.
- (B) Pelo Congresso Nacional.
- (C) Na União, pelo Congresso Nacional e, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, pelas Assembleias Legislativas.
- (D) Nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da Federação.
- (E) Pelo Senado Federal.

CONHECIMENTOS GERAIS

31. Se x e y são números reais, então a opção abaixo que representa 45% de $6x + 10y$ é:
- (A) $\frac{x+y}{100}$ (B) $\frac{9x+9y}{2}$ (C) $\frac{27x+45y}{10}$ (D) $\frac{54x+90y}{2}$ (E) $\frac{90x+9y}{5}$
32. Há exatamente dois anos, um empresário comprou dez ações de certa empresa. No primeiro ano, as ações valorizaram 3%. No segundo ano, as ações valorizaram mais 5%. Se o empresário pagou inicialmente R\$ 140,60 pelas dez ações, então o valor atual de uma ação dessa empresa é, aproximadamente:
- (A) R\$ 15,21
- (B) R\$ 152,10
- (C) R\$ 14,06
- (D) R\$ 140,60
- (E) R\$ 13,00
33. Alberto consegue correr 3km em 20 minutos. Já Edson consegue correr 3km em 25 minutos. Depois de 100 minutos, a diferença de quilômetros entre eles será de:
- (A) 0 km
- (B) 3 km
- (C) 12 km
- (D) 15 km
- (E) 18 km
34. João aplicou a quantia de R\$ 18,00 a juros (simples) de 10% a.m. Já Sheila aplicou a quantia de R\$ 142,00 a juros (compostos) de 5% a.m. Ao fim de 12 meses, a diferença entre os montantes de João e Sheila é:
OBS: Para fins de aproximação, deve-se usar $(1,05)^{12} \approx 1,8$.
- (A) R\$ 10,00
- (B) R\$ 5,00
- (C) R\$ 4,00
- (D) R\$ 2,00
- (E) R\$ 0,00

